



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 646/11

Ementa: Prazo de validade e eficácia da Certidão Liberatória para efeito de Transferências Voluntárias de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal.


Art. 1º. A certidão que atesta o cumprimento das condições previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso IV, do § 1º da Lei Complementar Federal 101, de 04 de maio de 2000, com as alterações da Lei Complementar Federal 131, de 27 de maio de 2009, terá validade e eficácia de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua emissão.

Parágrafo único: Eventual irregularidade, de caráter fiscal ou administrativo, de responsabilidade do Poder Legislativo Municipal não impedirá a emissão da certidão de que trata o "caput" deste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de novembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 853/11

Cria o Fundo Especial de
Segurança Pública.

Art. 1.º Fica criado o Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná - FUNESP/PR, que proverá os recursos para todas as unidades componentes da Secretaria Estadual da Segurança Pública.

Art. 2.º Ficam extintos, em 31 de dezembro de 2011, o Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM, o Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL e o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – FUNCB, permanecendo o FUNESP como sucessor destes para todos os fins de direito.

§1.º O FUNESP/PR passa a incorporar todas as receitas de recursos anteriormente destinados aos fundos constantes do *caput* deste artigo, inclusive a totalidade de seus respectivos saldos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2011, ressalvadas as receitas destinadas ao programa de assistência ao menor e de natureza social e as destinadas à pesquisa científica e tecnológica.

§ 2.º A implantação financeira e orçamentária do FUNESP/PR ocorrerá em 1.º de janeiro de 2012.

Art. 3.º O Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR, tem por objetivo prover, de forma complementar, os recursos para o financiamento das despesas correntes e de capital, compreendendo os encargos de capacitação, aperfeiçoamento, desenvolvimento, modernização das atividades dos órgãos integrantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o aperfeiçoamento e ampliação dos programas estaduais na área de Segurança Pública.

Art. 4.º Os recursos do FUNESP/PR destinam-se a:

I – programas e projetos de prevenção e combate à criminalidade, incêndio e pânico, violência, bem como de sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito;

II – manutenção e reequipamento das unidades administrativas que compõem a Secretaria de Estado da Segurança Pública, através da aquisição de material permanente e de consumo indispensáveis à constituição, ao funcionamento e à operacionalidade de todos os seus programas e ações administrativas e finalísticas e dos órgãos e das entidades que a integram;

III – implantação de ações e programas motivacionais e de capacitação relacionados com o aprimoramento dos recursos humanos das áreas finalísticas e das áreas instrumentais;

IV – programas de esclarecimento, campanhas educativas, e pesquisas de opinião pública acerca das atividades desenvolvidas pelos órgãos da Pasta;

V – custos de sua própria gestão;

VI – cobertura de todas as despesas correntes e de capital necessárias à criação, edificação, conservação, manutenção e expansão das instalações físicas na área de atuação da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

VII – estruturação e modernização das polícias técnica e científica;

VIII – programas de prevenção ao delito e à violência;
IX – prevenção e recuperação de toxicômanos e alcoólatras;
X – subvenção de institutos e entidades de combate às drogas;

XI – implantação de ações, programas, investimentos em bens e serviços para a defesa civil, principalmente quanto às consequências dos eventos desastrosos e populações atingidas;

XII – implantação de ações, programas, investimentos em bens e serviços do GRAER/SESP (Grupamento Aeropolicial-Resgate Aéreo);

XIII – demais atividades inerentes às finalidades institucionais e estratégicas da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Parágrafo Único. É vedado o uso dos recursos do FUNESP/PR para despesas referentes à pessoal e seus respectivos encargos.

Art. 5.º Além das receitas previstas no parágrafo primeiro, do artigo 2.º, constituem-se receitas do FUNESP/PR:

I – multas contratuais aplicadas no âmbito administrativo da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

II – os rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras;

III – receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

IV – o produto da venda de cópias dos editais de licitação da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

V – taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública;

VI – taxas de inscrição em concursos públicos realizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

VII – auxílios, subvenções, doações, legados ou oriundas de convênios, contratos ou ajustes celebrados com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público;

VIII – indenizações por danos ou extravios de materiais e equipamentos pertencentes à Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

IX – taxa de ocupação das dependências dos imóveis da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

X – o produto da venda de material inservível e não indispensável da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

XI – recursos provenientes de reembolso de despesas com telefonia da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

XII – os recursos provenientes das taxas cobradas dos pedidos de certidões dos órgãos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

XIII – os repasses previstos ao Tesouro-Geral do Estado dos percentuais dos *superavits* financeiros do DETRAN/PR e FUNRESTRAN/PR, de acordo com o art. 30, da Lei de Orçamento Anual;

XIV – outros recursos provenientes das receitas do DETRAN/PR não previstos nesta Lei.

Parágrafo único - As receitas do FUNESP/PR não integram o percentual da receita estadual destinada à Secretaria de Estado da Segurança Pública, previstas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6.º O FUNESP/PR será administrado por um Conselho Diretor, composto pelos seguintes membros natos:

I – Secretário de Estado da Segurança Pública;

II – Comandante-Geral da Polícia Militar;

III – Delegado-Geral da Polícia Civil;

IV – Comandante do Corpo de Bombeiros;

V – Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

- VI – Procurador-Geral do Estado;
- VII – Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná;
- VIII – Um representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral;
- IX – Um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;
- X – Um representante entre os demais Órgãos que compõem a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a ser indicado pelo respectivo Secretário e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1.º O Conselho Diretor do FUNESP/PR será presidido pelo Secretário de Estado da Segurança Pública e, no seu impedimento, pelo seu substituto legal.

§ 2.º Cabe ao Presidente do Conselho Diretor a função de ordenador de despesa.

§ 3.º As atribuições dos demais membros do Conselho Diretor serão disciplinadas por Decreto Governamental regulamentador.

§ 4.º O plano de aplicação dos recursos do fundo será apreciado e aprovado pelo Conselho a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 7.º Os recursos do FUNESP/PR serão recolhidos em conta especial de estabelecimento oficial da rede bancária, sob a denominação de Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Art. 8.º Os bens adquiridos com recursos do FUNESP/PR serão incorporados ao seu patrimônio, bem como os bens já pertencentes ao patrimônio dos fundos extintos para a sua composição.

Art. 9.º Aplica-se à administração financeira do Fundo, no que couber, o disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 10 O FUNESP/PR será dotado de autonomia de gestão e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o representante legal e o ordenador das despesas em conjunto com o Tesoureiro.

Art. 11 O FUNESP/PR prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 12 O prazo de vigência do fundo será indeterminado.

Art. 13 O saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo, em conformidade com o art. 73, da Lei n.º 4.320/1964.

Art. 14 Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implantação desta Lei.

Art. 15 O Poder Executivo regulamentará esta Lei, através de decreto, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação.

Art. 16 O art. 1.º da Lei Estadual n.º 6.264/1972 passa a vigorar, a partir de 1.º de janeiro de 2012 com a seguinte redação:

“Art. 1.º Fica criado o FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO TRÂNSITO, com a finalidade de prover recursos para atender despesas de capital do Departamento de Trânsito e do Fundo Estadual da Segurança Pública do Paraná (FUNESP/PR), em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

§ 1.º Do total dos recursos atribuídos ao FUNRESTRAN/PR, 20% (vinte por cento) serão destinados ao Departamento de Trânsito e 80% (oitenta por cento) ao Fundo Estadual da Segurança Pública do Paraná (FUNESP/PR).

§ 2.º O Chefe do Poder Executivo poderá alterar mediante decreto os percentuais de destinação do FUNRESTRAN/PR.”

Art. 17 Os art. 2º e 4º da Lei Estadual nº 14.266, de 22 de dezembro de 2003, passam a vigorar a seguinte redação:

“Art. 2º A receita do Fundo Rotativo será composta pela transferência, em porcentagem a ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo, dos recursos do Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR, destinados à manutenção, pequenos reparos e aquisição de material de consumo e outros gastos correntes de cada órgão de execução da Polícia Militar do Paraná”.

“Art. 4º O administrador do fundo prestará contas dos recursos ao Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR, que analisará a execução da despesa e a encaminhará à Inspeção do Tribunal de Contas do Estado junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, de acordo com a Lei”.

Art. 18 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os artigos 16, 17, 18, 19, 20 e 21 da Lei Estadual nº 10.236/1992, os artigos 1º, 16, 17, 18, 19 e 20 da Lei Estadual nº 13.976/2002, os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10 da Lei Estadual nº 6.102/1970 e o parágrafo único, do artigo 14 da Lei Estadual nº 16.567/2010.

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 854/11

Súmula: Altera a Lei n.º 11.019, de 27 de dezembro de 1994.

Art. 1.º – Altera o parágrafo 1.º, do artigo 1.º da Lei n.º 11.019, de 27 de dezembro de 1994, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º (...)

§1.º As taxas de serviços de que trata o Anexo Único desta Lei serão recolhidas diretamente pelo Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR e se constituirão em receita própria da Autarquia, excetuando os percentuais que deverão ser repassados, mensalmente, no percentual de 10% (dez por cento) que se destinará a programas de Assistência ao Menor, geridos nos termos do inciso IV do artigo 114 da Lei n.º 8.485, de 3 de junho de 1987 e em percentual a ser definido por ato do Poder Executivo, que se destinará ao Fundo Estadual da Segurança Pública do Paraná (FUNESP/PR), à manutenção de rodovias através do DER, vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, bem como a outros fins a serem igualmente definidos por Decreto.

I – O serviço prestado sob o código nº. 1.07.00-0 (Perícia Técnica e Médica Especial) será subsidiado pelo Departamento de Trânsito – DETRAN/PR no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor a ser repassado às clínicas conveniadas.”

Art. 2.º – A Tabela de Serviços a que se refere o art. 25 da Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983, alterada pelo art. 1.º da Lei n.º 8.067, de 28 de dezembro de 1984, pelo art. 1.º da Lei n.º 9.500, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei n.º 10.038, de 16 de julho de 1992 e pela Lei n.º 11.019, de 28 de dezembro de 1994, passa a vigorar com as alterações contidas no Anexo Único desta Lei.

Art. 3º - Os pagamentos de boletos de taxas, multas e outros, referentes a débitos junto ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, podem ser recolhidos em bancos públicos ou privados, desde que dentro do prazo de vencimento, com ou sem os códigos de barra.

Art. 4.º – Esta Lei entrará em vigor em 90 (noventa) dias após sua publicação, tendo o DETRAN/PR até 180 (cento e oitenta) dias para adaptação sistêmica.

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR

ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO - DETRAN-PR
ANEXO A LEI Nº

TABELA DE TAXAS DE SERVIÇOS DO DETRAN

Código	Discriminação dos Serviços	VALOR
1.01.00-1	Emissão de CNH (1ª e 2ª vias)	57,60
1.02.00-8	Registro da Carteira de Habilitação de Estrangeiro	115,20
1.05.00-7	Emissão de Licença para Aprendizagem de Direção Veicular - LADV (1ª e 2ª vias)	33,14
1.07.00-0	Perícia Técnica e Médica Especial	75,00
1.08.00-6	Registro de Centros de Formação de Condutores (por CFC)	148,59
1.13.00-0	Curso de Atualização para Profissionais (conforme Res. 358 CONTRAN Item 3.6) – por candidato	124,25
1.14.00-6	Avaliação Psicológica para fins Pedagógicos	112,36
1.15.00-2	Reabilitação	112,36
1.16.00-9	Alteração de Dados - Cadastro do condutor	22,46
1.18.00-1	Registro Eletrônico da CNH de outra UF	33,15
1.21.00-2	Histórico do Cadastro do Condutor	44,44
1.23.00-5	Certidões de Habilitação	35,91
1.26.00-4	Permissão Internacional para Dirigir - PID	67,40
1.27.00-0	Registro Cadastral de Certificados e Cursos Especializados	35,91
1.28.00-7	Visita em Entidades Credenciadas (para abertura, reforma, mudança de endereço...)	156,55
1.29.00-3	Licença Veicular para Veículos de Aprendizagem	16,50
1.30.00-1	Lauda de Exame Médico Especial (2ª via)	44,94
1.31.00-8	Curso de Reciclagem - Módulo de Legislação (por candidato)	29,79
1.31.01-6	Curso de Reciclagem - Módulo de Direção Defensiva (por candidato)	19,65
1.31.02-4	Curso de Reciclagem - Módulo de Primeiros Socorros (por candidato)	19,65
1.31.03-2	Curso de Reciclagem - Módulo de Relacionamento Interpessoal (por candidato)	19,65
5.01.00-0	Exame Teórico - Técnico (1º exame, reteste, remarcação)	34,08
5.02.00-6	Exame de Aptidão Física e Mental (1º exame, Reteste, remarcação)	44,19
5.03.00-2	Avaliação Psicológica (1º exame, reteste, remarcação)	66,01
5.04.00-9	Exame Prático de Direção Veicular (1º exame)	33,30
5.04.01-7	Exame Prático de Direção Veicular (Reteste, Remarcação)	33,30
2.01.00-6	Primeiro Registro de Veículo	89,85
2.02.00-2	Emissão de CRV (1ª e 2ª vias)	88,66
2.03.00-9	Alteração de Características (Cor,Carroceria,Combustível,3ºEixo,adaptações...)	35,91
2.04.00-5	Alteração da Categoria do Veículo	35,91
2.05.00-1	Transferência de Município	87,77
2.08.00-8	Transferência de Propriedade	35,91
2.08.00-0	Reativação Cadastral	22,46
2.09.00-7	Alteração dados Cadastrais	35,91
2.10.00-5	Inclusão ou Liberação de Gravame	47,00
2.11.00-1	Baixa do Registro do Veículo	33,00
2.12.00-8	Transferência Eletrônica do Registro do Veículo entre UF	179,80
2.13.00-4	Credenciamento (por CPF ou CNPJ)	89,86
2.14.00-0	Renovação Anual de Credenciamento (por CPF ou CNPJ)	33,30
2.16.00-3	Visoria	44,94
2.17.00-0	Visoria Domiciliar	

2.19.00-6	Lacre	16,23
2.19.00-2	Licença de Para-Brisa (por dia)	8,97
2.20.00-0	Autenticações	8,97
2.21.00-7	Boletim de Ocorrência de Acidentes	22,46
2.22.00-3	Registro de Ocorrência de Acidentes	15,69
2.23.00-0	Perícia de Acidentes de Trânsito	35,91
2.25.00-2	Licenciamento Anual (1ª e 2ª vias)	58,14
2.26.00-9	Autorização Prévia para Alteração de Características	15,69
2.27.00-5	Autorização Prévia para Confeção de Placas (Fabricantes e Importados)	16,23
2.28.00-1	Estado no Pátio (por dia)	18,59
2.28.01-0	Estado no Pátio da PMPR (por dia)	18,59
2.29.00-8	Serviço de Remoção	67,40
2.30.00-6	Expediente	13,52
2.30.01-4	Emissão de Crachás (por crachá)	13,52
2.30.02-2	Resultado da Avaliação Psicológica para fins Pedagógicos	13,52
2.30.03-0	Certificados (2ªs vias)	22,46
2.30.07-3	Visoria em Veículos de Aprendizagem	22,46
2.30.08-1	Cadastramento de Financeira	35,91
2.30.10-3	Indeferimento de Processos	13,52
2.30.11-1	Reprografias	8,97
2.30.14-6	Fornecimento de Documento Microfilmado - Digitalizado	13,52
2.30.16-2	Alteração de Categoria - Condutor	22,46
2.30.17-0	Alteração de Instrutor	22,46
2.30.19-7	Cadastramento de Veículo	22,46
2.30.20-0	Etiqueta Auto-Destrutiva para Chassi	22,46
2.30.21-9	Plaqueta de Identificação de Chassi	22,46
2.30.22-7	Autorização para Lacre em outra UF	17,98
2.30.23-5	Levantamento/Desarquivamento de Processos	15,69
2.30.24-3	Correção Cadastral	13,52
2.32.00-9	Certidões	26,37
2.36.00-6	Autorização Prévia para Certificado de Segurança Veicular - CSV	35,91
2.37.00-0	Autorização para Circulação de Veículo Escolar	35,91
2.38.00-7	Autorização para Gravar e/ou Remarcar Dados de Identificação do Veículo	15,69
2.39.00-3	Autorização Prévia para Utilização de Equipamento Suplementar	15,69
2.40.00-1	Concessão da Autorização para Utilização de Placas de Experiência	179,80
2.41.00-8	Renovação Anual de Concessão de Placas de Experiência	89,88
2.42.00-4	Cancelamento da Comunicação de Venda	22,46
2.43.00-0	Autorização Prévia para Veículo Artesanal (protótipo)	15,69
2.44.00-7	Regularização de Alteração de Características	107,71
2.45.00-0	Cursos Diversos - até 30 horas (por candidato)	88,74
2.45.01-8	Cursos Diversos - até 50 horas (por candidato) ****	147,90
2.45.02-6	Cursos Diversos - até 100 horas (por candidato)	285,80
2.45.03-4	Cursos Diversos - até 150 horas (por candidato)	443,70
2.45.04-2	Cursos Diversos - a partir de 150 horas (por candidato)	709,92

*Serviço de Remoção/RS: Por tipo de veículo leve, médio ou pesado acrescido ao valor a quantidade de horas/local, quilômetros rodados e dificuldade de acesso

642
ANTEPROJETO DE LEI N.º ____/2011

D. L.

Fls. 02

Súmula: Fica autorizada a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

Art. 1.º Fica autorizada a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

Art. 2.º A construção das Usinas Hidrelétricas São João e Cachoeirinha, constantes do artigo anterior, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, nos termos da lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 13 de junho de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Marcelo Rangel

Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner

MEMBROS

Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Bier; Deputado Elton Welter;

Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 642/2011
AUTORIA PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 08-2011**

I - PREÂMBULO

De autoria do Poder Executivo, o presente Plano de Lei objetiva colher desta Assembleia Legislativa a devida autorização para a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha localizadas no Rio Chopim, integrante da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu nos Municípios de Clevelândia e Honório Serpa.

II - RELATÓRIO

Procedida análise da Proposta, sob a égide da competência regimentalmente imposta a esta Comissão Temática Permanente, em especial no que tange aferição do mérito que consubstancia o Projeto de Lei, temos a manifestar a integral concordância com os objetivos encaminhados na justificativa da proposição.

Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção*

7
e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no
Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.



Salientamos que a crescente demanda energética no Estado do Paraná vem aumentando vegetativamente, visto que a tendência global por consumo de energia renovável, como são as hidroelétricas, meio ecologicamente sustentável, trabalham pela manutenção e ampliação do sistema brasileiro.


Energia é sinônimo de desenvolvimento, não só regional, mas também ao Estado, pois além de possibilitar a instalação de indústrias, gera mão de obra desde a construção das Usinas, resultando em benefícios às populações envolvidas e aos cofres públicos.

III - VOTO DO RELATOR

Neste sentido, manifestamos parecer **FAVORÁVEL**, a Proposta Governamental, nada encontrando que possa obstar a tramitação processual legislativa no que diz respeito ao mérito desta Proposição, estando em perfeitas condições de merecer o exame finalístico do colegiado parlamentar desta Assembleia Legislativa.

É o parecer,
Salvo, melhor juízo.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 26 de outubro de 2011.



MARCELO RANGEL
Presidente da Comissão



ADELINO RIBEIRO
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ASSUNTOS MUNICIPAIS DA ALEP

D. L.
28
Fis.

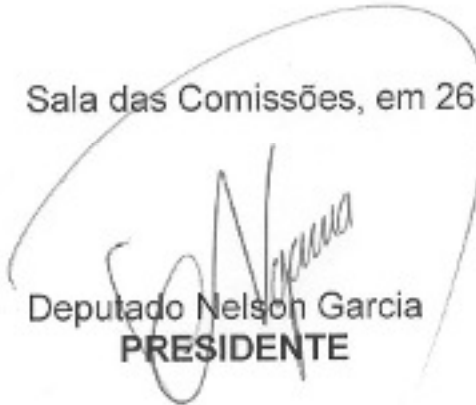
PARECER AO PROJETO DE LEI 642/11

O presente Projeto de Lei 642/11, oriundo da Mensagem Governamental 008/11 tem por objetivo autorizar a construção das Usinas Hidrelétricas São João e Cachoeirinha localizadas no Rio Iguaçu nos municípios de Clevelândia e Honório Serpa.

Chamada esta Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais da ALEP a se manifestar, conforme suas prerrogativas regimentais assentadas no art. 33-L entende que a matéria é de suma importância e nada obsta sua tramitação nesta Casa de Leis, manifestando-se **FAVORAVELMENTE** à aprovação do Projeto em tela.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 2011.


Deputado Nelson Garcia
PRESIDENTE

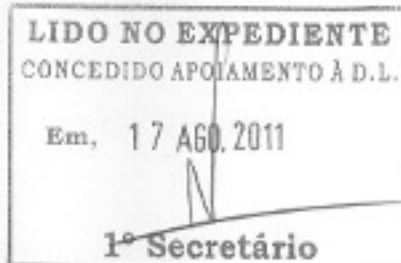

RELATOR



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 26 de abril de 2011
OF CEE/G 044/11



I - A DAP p/ leitura no ex
pedido

II - A DL p/ providências
Em, 05. agosto 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 08/2011, relativa ao anteprojeto de lei que autoriza a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/RC

MENSAGEM N.º 08/2011

Curitiba, 13 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 209, da Constituição do Estado do Paraná, o anteprojeto de lei que autoriza a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

Trata-se da implantação e exploração das Usinas Hidrelétricas e respectivas instalações de interesse restrito à central geradora, atuando como produtor independente de energia elétrica, com conexão ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Conforme Resolução Normativa n.º 1.248, de 12 de fevereiro de 2008, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foi outorgada à Chopim Energia S.A., subsidiária da Gerdau Aços Longos S.A. e Itaguaí Comércio Importação e Exportação Ltda. e integrantes do Grupo Gerdau, a concessão para implantar e explorar as UHE's São João e Cachoeirinha, objeto do Contrato de Concessão de Geração n.º 16/2002- ANEEL.

Ainda, foi submetido ao órgão competente, neste caso o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em 08 de junho de 2001, os correspondentes EIA/RIMA, que foram devidamente analisados por aquele e, em sendo assim, foram emitidas as licenças ambientais prévias de n.º 23151 e n.º 23152, em 12 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL

GABINETE DO GOVERNADOR



Insta salientar que a licença prévia é concedida na fase preliminar de planejamento do empreendimento ou atividade, aprova sua localização e concepção, atesta a viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas fases seguintes da implantação.

As Usinas Hidrelétricas de São João e Cachoeirinha deverão operar, a partir de 2013, com capacidade suficiente para atender a demanda de uma cidade com aproximadamente 300 mil habitantes. Ainda, a construção das respectivas UHE's gerará mais de 1.500 empregos diretos, com impactos positivos na economia da região e do Estado, e sensíveis melhorias na qualidade de vida da população abrangida pelos empreendimentos, além de suplementar o potencial energético do Estado do Paraná.

Os projetos das UHE's de São João e Cachoeirinha estão inclusos no Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC-2, haja vista a urgência que o país tem em dar especial atendimento à geração de energia, insumo fundamental para o crescimento do país.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus de consideração e apreço.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 642/11

Projeto de Lei nº 642/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 008/2011

Súmula: Fica autorizada a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, Municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

EMENTA: CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS (UHE) DENOMINADAS SÃO JOÃO E CACHOEIRINHA LOCALIZADAS NO RIO CHOPIM, BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IGUAÇU, MUNICÍPIOS DE CLEVELÂNDIA E HONÓRIO SERPA. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 9º RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAP Nº 09/10. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa autorizar a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Verifica-se que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

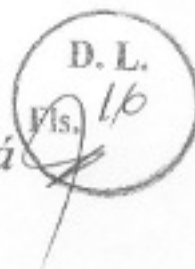
Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Entende-se por Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts), que possua



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



reservatório maior que 3 km² (300 ha), nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:

c. UHE - Usina Hidrelétrica de Energia – é toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts), que possua reservatório maior que 3 km² (300 ha) ou assim definidas pela ANEEL.

Ainda, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Usina Hidrelétrica de Energia – UHE necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembléia Legislativa:

Art. 10º Empreendimentos caracterizados como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA – PCH, com potência instalada acima de 10 MW, e como USINA HIDRELÉTRICA DE ENERGIA – UHE, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:

II. LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI

a) Cadastro de Obras Diversas – COD;

b) Aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;

c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico / Estudo de Viabilidade do Empreendimento;

d) Projeto Básico Ambiental - PBA;

e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;

f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;

g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente;

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembléia Legislativa:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 17

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei e o mesmo está conforme os ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n° 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011

NELSON JUSTUS
Presidente

ADEMAR TRAIANO
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/n° - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo




REQUERIMENTO




Requer "*Regime de Urgência*" para a votação do Projeto de Lei 642/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 008/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 642/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 008/11, que objetiva autorizar a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 2011.


Deputado Ademair Traiano
Líder do Governo


Caline F. Gondim
Coord. C.C.J.

recebido 25/10/11



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente – CEMA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2011

No dia trinta e um de Outubro do corrente ano, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente – CEMA, tendo como pauta a apreciação do Projeto de Lei nº 642/2011. Sob a presidência do Deputado Luiz Eduardo Cheida e na presença dos deputados Rasca Rodrigues (Vice-Presidente da Comissão), Hermas Brandão Júnior, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Elton Welter e Jonas Guimarães, constatou-se a presença de todos os deputados da comissão, dando-se início a presente reunião, o presidente Deputado Cheida, ressaltando o único projeto em pauta, passou-se a palavra ao deputado Pedro Lupion, relator do PL nº 642/2011, de autoria do Poder Executivo, que trata da autorização para construção das usinas hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, Bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, Municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná, após a leitura do parecer favorável ao projeto de lei nº 642/2011, o Deputado Pedro Lupion ressaltou a importância das construções de fontes de energias renováveis, quanto aos impactos ambientais da região ressaltou que o presente projeto já possui autorização prévia dos órgãos ambientais competentes que compete aos mesmos os estudos quantos aos impactos ambientais e autorização definitiva para a referida implantação, o presidente o colocou em discussão, não havendo quem quisesse debater, foi posto em votação, e o parecer favorável foi aprovado por unanimidade. Não tendo mais assuntos a tratar o Presidente da Comissão Deputado Luiz Eduardo Cheida encerrou a Reunião Ordinária da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, e eu, Ana Paula Bordini Orasmo, Secretária desta Comissão, lavrei a presente ata, contendo uma páginas, assinada pelo Presidente da Comissão e por mim, que após lida e aprovada foi assinada pelos demais membros da Comissão.

Dep. Luiz Eduardo Cheida
Presidente da CEMA

Dep. Rasca Rodrigues
Vice-Presidente da CEMA

Dep. Cantora Mara Lima
Membro Titular da CEMA

Dep. Jonas Guimarães
Membro Titular da CEMA

Dep. Pedro Lupion
Membro Titular da CEMA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Dep. Elton Welter
Membro Titular da CEMA

Dep. Hermas Brandão Junior
Membro Titular da CEMA

Ana Paula Bordini Orasmo
Secretária da CEMA



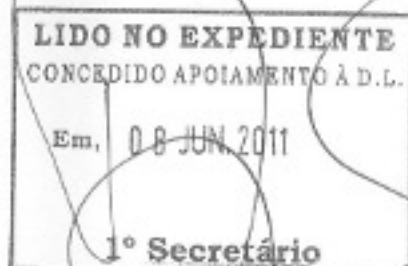
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 496/11

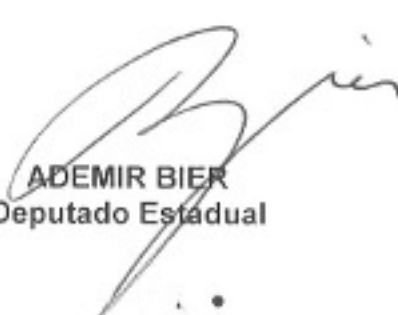


EMENTA: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa do Frango que se realiza no município de Nova Santa Rosa.

Art. 1º Fica inserida no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Frango que se realiza anualmente no domingo posterior ao dia 29 de abril em alusão ao aniversário de emancipação político-administrativa de Nova Santa Rosa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 2011


ADEMIR BIER
Deputado Estadual

DAP 4307



Justificativa

A Festa do Frango em Nova Santa Rosa foi realizada pela primeira vez em abril de 1988, no sentido de marcar as comemorações do aniversário do município, festejada no dia 29 daquele mês.

Motivados pelo surgimento de festas típicas na região e com base na realidade econômica da cidade, a Administração Municipal, em conjunto com outras entidades, decidiu que o prato típico servido seria o frango.

Como não existia parque de exposições, a primeira Festa do Frango foi realizada na Praça da Bíblia, no centro da cidade. O almoço foi servido no pavilhão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e os stands das empresas foram montados em barracas, instaladas nas ruas ao redor da praça.

Junto com as festividades, foi realizada a primeira exposição de animais, num terreno vazio da avenida Horizontina, onde atualmente está o prédio da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária.

O sucesso da festa deixou os empresários e o então presidente da Associação Comercial, Plínio Ari Schütz, satisfeitos. Isso fez com que ela se tornasse anual. Posteriormente, as festividades passaram a ser realizadas a cada dois anos.

Paralelamente à Festa do Frango, eventos tradicionais são realizados em comemoração ao aniversário do município: Exposição da Indústria e Comércio (realizada desde 1988), Eisbein, Culto Fraternal, Café Colonial, Desfile Escolar e a Miss Nova Santa Rosa.

Para diversificar a Festa do Frango e possibilitar demais atrativos, a Comissão Organizadora, no ano 2000, presidida pelo então secretário de Administração, Sérgio Maccari, decidiu realizar o 1º Concurso do Frango Desossado e Recheado.



No dia 29 de abril de 2012, o município de Nova Santa Rosa irá comemorar seu 36º Aniversário de emancipação político-administrativa. Juntamente com as festividades será realizada:

- 18ª Festa do Frango
- 16ª ExpoRosa
- 8ª Edição da Miss Nova Santa Rosa
- 3ª ExpoFeira
- Festival do Frango Desossado e Recheado
- Exposição da Indústria e Comércio

Realizada no município há mais de 20 anos, a Exposição da Indústria e Comércio ressalta o que é produzido pelas indústrias e a força do comércio local. Uma forma de mostrar que, além do setor agrícola, o município possui indústrias que levam o nome de Nova Santa Rosa para outros estados.

Para inovar, no ano de 2008, a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária (Acinsar) decidiu lançar a 1ª Expofeira, considerando que, além da exposição, ocorre a comercialização de produtos.

O Eisbein é um prato típico alemão muito apreciado pela comunidade local e regional. Organizado pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa (Acinsar), com participação média de 300 pessoas, o Joelho de Porco, com saladas e demais acompanhamentos saúdam os imigrantes alemães, que também são lembrados através de apresentações e danças folclóricas.

O Culto Fraternal tem como seu ponto auge a apresentação do Grande Coral (junção de vários corais em um só). O evento é dirigido pelo Conselho de Ministros Religiosos e reúne cerca de 500 pessoas em noite de louvor.

Outro acontecimento tradicional no município é o Café Colonial. Durante a sua realização, os convidados têm a oportunidade de provar pães, salames, cucas, queijos. Produtos coloniais, feitos pela comunidade local. A organização do evento fica por conta da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) que serve, em média, 800 cafés durante as festividades do município.



Entre os atrativos que reúnem o maior número de pessoas está o Desfile Escolar. O espaço é reservado para a realização e participação das escolas municipais e estaduais, da sede e dos distritos. Para as famílias nova-santenses esse é um grande momento. Primeiro, por verem seus filhos contando parte de suas histórias, através do desfile, e segundo por ser um ato de aproximação escola/comunidade.

Para assistirem ao ato são convidadas autoridades locais, regionais e estaduais. Além dos estudantes o evento envolve professores, coordenadores e direção escolar no preparo de blocos de desfile que se voltam ao questionamento e reflexão de assuntos relacionados ao contexto nacional.

Antes de dar início às festividades o município elege a Miss Nova Santa Rosa. Anteriormente, de 1987 a 1996, o concurso era denominado Garota Jóia do Oeste em homenagem ao cognome dado ao município pelo Governador do Estado, Jaime Canet Júnior, na década de 70. Com a finalidade das eleitas participarem do Miss Paraná, optou-se, no ano de 1998, reformular as regras do concurso que passou a ser denominado Miss Nova Santa Rosa.

Pelo exposto, conto com o apoio de meus pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 14

PARECER AO PROJETO DE LEI 496/11

Projeto de Lei nº 496/11
Autor: Deputado Ademir Bier

Súmula: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa do Frango que se realiza no Município de Nova Santa Rosa.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO TURÍSTICO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, A FESTA DO FRANGO QUE SE REALIZA NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 24, E 215, DA CF. ARTS 65 e 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, objetiva inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa do Frango que se realiza anualmente no domingo posterior ao dia 29 de abril em alusão ao aniversário de emancipação político-administrativa de Nova Santa Rosa.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

Ainda, a Carta Magna, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação por meio de iniciativa legislativa:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais:

(...)

§ 2º: A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (grifos nossos)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 16

A Constituição do Estado do Paraná determina que a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 17

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO TERUO KATO

RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 496/2011

Projeto de Lei nº. 496/2011

Autor: Deputado Ademir Bier

Súmula: insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa do Frango que se realiza no Município de Nova Santa Rosa.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Ademir Bier, tem por objetivo inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado a Festa Nacional do Frango, realizada anualmente no domingo posterior ao dia 29 de abril, no município de Nova Santa Rosa, em alusão ao aniversário de sua emancipação político-administrativa.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 30/08/2011, tendo como relator o nobre Deputado Teruo Kato, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

Além disso, acreditamos na importância do presente projeto, dando projeção a esta festa tão importante para a região,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



que já ocorre desde o ano de 1988, sendo a ela incorporadas várias outras comemorações.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

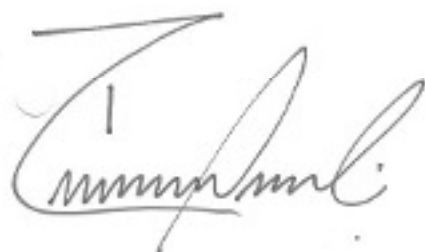
Sala das Comissões, 03 de outubro de 2011.



DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente



DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
Relator





PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 496/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Ademir Bier o Projeto de Lei nº 496/2011, com o intuito de inserir, no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa do Frango", realizada anualmente no domingo que antecede o dia 29 de abril em comemoração ao aniversário de emancipação de Santa Rosa..

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Estadual Teruo Kato, o projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Ato contínuo, o Projeto foi encaminhado para a Comissão de Turismo que não encontrando nenhum óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta casa, uma vez que não há em nosso Calendário Turístico Oficial, qualquer data nesse sentido, manifestou-se favoravelmente por sua aprovação.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste substitutivo, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A proposição de inserir no Calendário Turístico Oficial do Paraná a festa do Frango, de Marajó, visa além da divulgação, a preservar a continuidade e da unidade histórico-cultural local. O que é muito importante, pois marca a vida de uma comunidade e constrói a relação com antepassados e projeto o futura de novas gerações.



Ademais, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, como é o dispositivo constitucional que determina ao Poder Público apoiar as questões culturais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE

DEPUTADO RASCA RODRIGUES
RELATOR

30/10/11




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

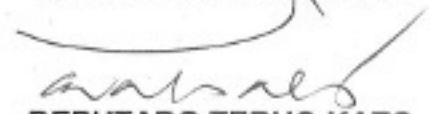
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.
Fls. 26


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO

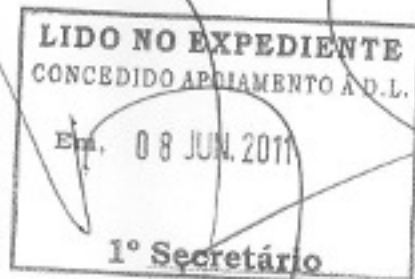

DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº 498/11



EMENTA: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Cupim Assado que se realiza no município de Pato Bragado.

Art. 1º Fica inserida no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Cupim Assado do município de Pato Bragado, que se realiza anualmente no terceiro final de semana do mês de março em alusão ao aniversário de emancipação político-administrativa do município.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 2011

ADEMIR BIER
Deputado Estadual

no 4309



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 03

Justificativa

A Festa Nacional do Cupim Assado é realizada anualmente em alusão ao aniversário de emancipação político-administrativa do município de Pato Bragado e acontece no terceiro final de semana de março.

Tendo como prato típico o cupim bovino, que não se resume a uma só receita, mas várias, pois se trata de um concurso em que os ingredientes são diversos.

No tocante à quantidade de porções servidas na última edição da festa, foram mais de cinco toneladas de cupim, feitas pelas equipes de assadores participantes do concurso.

O movimento em reais da última edição atingiu a receita de R\$ 270.653, sendo realizada pela Comissão Central Organizadora (CCO, independente) e prefeitura.

Nos três dias de festa, em torno de 15 mil pessoas circulam pelas dependências do evento. A primeira edição aconteceu em 1988, quando teve início a Festa Nacional do Cupim Assado, como forma de marcar as tradições gauchescas existentes no então distrito rondonense de Pato Bragado.

A festa foi realizada durante cinco anos como atração principal dos festejos do CTG Sepé Tiaraju.

Mas o primeiro concurso e o início da comemoração pelo aniversário se deram somente em 1993, com a emancipação do distrito, período em que o cupim assado passou a ser o prato típico do município, sendo grande sua aceitação junto à comunidade local e regional.

Em virtude do concurso de escolha da Miss, uma das noites é dedicada a isso. Portanto, observa-se que tem uma programação voltada a todas as idades e classes.

Ela movimenta também outros setores, como o alimentício, além de ser o evento de comemoração oficial do aniversário de Pato Bragado.

De vital importância para a região, é durante a Festa Nacional que o comércio do município e região se fortalece. Essa é, com certeza, a segunda data mais importante para o comércio do município após o Natal, pois comerciantes têm a oportunidade de expor seus produtos na festa.

Pelo exposto, conto com o apoio de meus pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 498/11

Projeto de Lei nº 498/11

Autor: Deputado Ademir Bier

Súmula: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Cupim Assado que se realiza no Município de Pato Bragado.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO TURÍSTICO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, A FESTA NACIONAL DO CUPIM ASSADO QUE SE REALIZA NO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO. POSSIBILIDADE. FESTA JÁ INCLUÍDA NO CALENDÁRIO OFICIAL DE TURISMO DO ESTADO MAS SEM PREVISÃO LEGAL. PARANÁ TURISMO. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, objetiva inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Cupim Assado que é realizada anualmente em alusão ao aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Pato Bragado e acontece no terceiro final de semana de março.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 13

33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

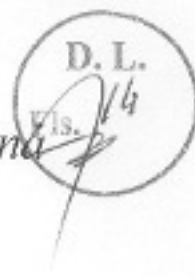
IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

Ocorre que a "Festa Nacional do Cupim Assado" já está devidamente inserida no Calendário Oficial de Turismo do Estado do Paraná; **MAS, NO ENTANTO, SEM A DEVIDA PREVISÃO LEGAL.**

Inclusive pode ser facilmente observado pela página da internet do PARANÁ TURISMO (<http://www.turismo.pr.gov.br/>) órgão do Governo do Estado, todo o Calendário Oficial de Turismo do Estado do Paraná.

No site do Paraná Turismo, mais especificamente no link: http://celepar7.pr.gov.br/eventos/lista_eventos.asp (documento em anexo) fácil perceber a existência da **Festa Nacional do Cupim Assado** no calendário oficial do Estado, que assim dispõe:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



XXIII Festa Nacional do Cupim Assado

De 18 de Março de 2011 a 20 de Março de 2011

Da festa gastronômica faz parte o concurso nacional, do qual participam centenas de equipes de assadores, com distribuição de troféus às melhores classificadas, motivando aproximadamente 15.000 pessoas para saborear o Cupim Assado - prato típico do município.

Local: Parque de Exposições Bragadense

Município: Pato Bragado

Entidade Informante

Nome: Prefeitura Municipal

Endereço: Av. Willy Barth, 2885

Telefone: (45) 3282-1355

Fax: (45) 3282-1355

Home Page: www.patobragado.pr.gov.br

e-mail: neiva@patobragado.pr.gov.br

Sendo assim, considerando-se que a "Festa Nacional do Cupim Assado" se encontra inserida no Calendário Oficial de Turismo do Estado do Paraná, porém sem a devida previsão legal no ordenamento jurídico do Estado o referido projeto de lei merece prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei em virtude de sua legalidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, 05 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE GURL

RELATOR







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 498/2011

Projeto de Lei nº. 498/2011

Autor: Deputado Ademir Bier

Súmula: Inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Cupim Assado que se realiza no Município de Pato Bragado.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Ademir Bier, tem por objetivo inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado a Festa Nacional do Cupim Assado, realizada anualmente no Município de Pato Bragado, no terceiro final de semana do mês de março, em alusão ao aniversário da emancipação político-administrativa do Município.

A festa tem como prato típico o cupim bovino, sendo preparado de várias formas e em várias receitas, ocorrendo um concurso em que os ingredientes são diversos. Na última edição da festa foram servidas mais de cinco toneladas da carne, atingindo a receita de R\$ 270.653 e reunindo cerca de 15 mil pessoas.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 05/09/2011, tendo como relator o nobre Deputado Alexandre Curi, que alegou que apesar de tal data já estar incluída no Calendário Oficial de Eventos do Estado, não há uma Lei que assegure tal previsão, razão pela qual o projeto deve prosperar. Vencida a análise da CCJ, é agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo





No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.



Além disso, acreditamos na importância do presente projeto, dando projeção a esta festa tão importante para a região, que já ocorre desde o ano de 1988.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 03 de outubro de 2011.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente


DEPUTADO BERNARDO CARLI
Relator



Praça Nossa Senhora do Saete, nº 1 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA

D. L.
Fls. 22

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 498/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Ademir Bier o Projeto de Lei nº 498/2011, com o intuito de inserir, no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa Nacional do Cupim Assado", realizada anualmente no terceiro final de semana de março, no município de Pato Bragado.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Alexandre Curi, foi constatada que a "Festa Nacional do Cupim Assado", já se encontra inserida no Calendário Oficial de eventos no estado do Paraná, projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Ato contínuo, o Projeto foi encaminhado para a Comissão de Turismo que não encontrando nenhum óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta casa, o relator Deputado Bernardo Carli, cita a vontade do Deputado Ademir Bier de criar uma lei que assegure a permanência desse evento no calendário Oficial do Estado.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste substitutivo, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

2



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.
Els. 23

O município de Pato Bragado com cerca de 5.000 habitantes, no período da festa acolhe 15.000 pessoas que saboreiam esse delicioso, prato típico do município.

A gastronomia é um tema amplo que vai muito além da cozinha é um fascinante universo, que passa pelos ingredientes, pelos utensílios, equipamentos e saberes humanos.

Essa festa gastronômica recebe anualmente centenas de assadores, com suas técnicas e utensílios, os mesmos concorrem em um concurso nacional, com distribuição de diversos prêmios.

Festejar é um dos mais antigos rituais humanos e quando se celebra a data do aniversário da cidade, é motivo de orgulho aos cidadãos e respeito a comunidade que se une, a fim de juntos realizarem um propósito de que todos se sintam felizes e o desejo de conviverem, trazendo lembranças, partilhando o presente e projetando o futuro.

Ademais, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, como é o dispositivo constitucional que determina ao Poder Público apoiar as questões culturais.

2

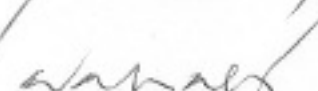



III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.


Sala Comuns, 30/10/11


DEPUTADO PERICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE

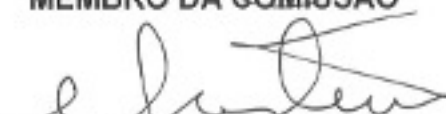

DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO MARLA TUREK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 514/11

Inserir no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia do Rotariano Paranaense.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Rotariano Paranaense, a ser comemorado anualmente no dia 27 de abril.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2011.


RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo inserir no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia do Rotariano Paranaense, a ser comemorado anualmente no dia 27 de abril.

Rotary Club é um Clube de Profissionais que congrega líderes das comunidades em que vivem ou atuam, fomentando um elevado padrão de ética, ajudando a estabelecer a paz e a boa vontade no mundo e que prestam serviços voluntários não remunerados em favor da sociedade como um todo ou beneficiando em casos específicos, pessoas necessitadas ou entidades que atuam também em favor de desamparados.

Em 27 de abril de 1933 era inaugurado o Rotary Club de Curitiba, primeiro no Estado do Paraná. Nesta época, eram poucos os Clubes no Brasil, que iam sendo criados nos centros mais populosos por iniciativa do Rotary Internacional.

Hoje, no Brasil, o Rotary Club congrega cerca de 52.148 rotarianos, empenhados em cumprir o lema "dar de si antes de pensar em si", engajados em diversos projetos sociais e ambientais pelo Brasil a fora.

Isto posto, acreditamos importante ter uma data especial para comemorar o dia do Rotariano Paranaense, enaltecendo os bons propósitos e incentivando cada vez mais adesões, em uma corrente de amizade e solidariedade.

2



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 514/11

Projeto de Lei nº 514/11

Autora: Deputado Estadual Rasca Rodrigues

Súmula: Cria o "Dia do Rotariano Paranaense", ficando a data incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO ESTADUAL O DIA DO ROTARIANO PARANAENSE. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, objetiva inserir no Calendário Estadual o dia do "Rotariano Paranaense", a ser comemorado anualmente, no dia 27 do mês de abril.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 12
su

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 13

defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 14

Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça,
ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos
casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

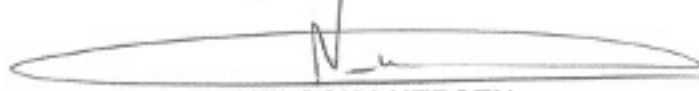
Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


NELSON LUERSEN
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 514/2011

I – SÍNTESE FÁTICA

O ilustre Deputado Estadual Rasca Rodrigues apresentou Projeto de Lei, inscrito sob o nº 514/2011, instituindo, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Rotariano Paranaense, a ser comemorado, anualmente, no dia 27 de abril.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Nelson Luersen, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, versando o projeto sobre a estipulação de uma data para homenagear todos aqueles que adotam o bem como cultura, como é o caso dos rotarianos, evidentemente tal proposição deve ser analisada pela Comissão de Cultura, tendo em vista que aborda, diretamente, questão inerente ao desenvolvimento cultural.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 17

Sum.

Além disso, a Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, já em seu preâmbulo, estabeleceu como diretrizes valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social. Assim sendo, encontra-se o Poder Público vinculado a tal diretriz para a promoção de suas ações.

Assim sendo, relembre-se, por oportuno, que os Rotarianos sempre contribuíram com tais diretrizes, nada impede que o Estado do Paraná, por meio de seu Poder Legislativo, preste-lhes tal homenagem.

Desse modo, a proposição por certo que contribuirá bastante com a promoção do desenvolvimento cultural, posto que o Poder Público do Paraná poderá utilizar tal data para propagar determinados valores que resultarão em uma sociedade solidária, este, aliás, outro valor fundamental eleito no preâmbulo do texto constitucional.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

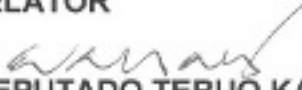

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE



DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
RELATOR


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 514/11

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, objetiva inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Rotariano Paranaense.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente Projeto, nos aspectos de constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa, bem como a Comissão de Cultura na análise quanto ao mérito.

Chamada esta Comissão a se manifestar, de acordo com o Art. 33 - U, do Regimento Interno, não encontramos óbice que o impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa.

Desta forma, o parecer desta Comissão é FAVORÁVEL à continuidade da sua tramitação, razão pela qual somos pela APROVAÇÃO do presente projeto.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 2011.


Deputado TADEU VENERI

Presidente


Deputado WALDYR RUGLIESI

Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Andre Bueno



PROJETO DE LEI Nº 790/11



SÚMULA: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná, o prato oficial do município de Mariluz, denominado "Boi à Pupunha", a ser comemorado anualmente no dia 29 de novembro.

Art. 1º - Fica instituído no calendário de eventos do Estado do Paraná, o prato oficial do município de Mariluz, denominado "Boi à Pupunha", a ser comemorado anualmente no dia 29 de novembro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de outubro de 2011.

ANDRE BUENO
Deputado Estadual

15:27 04/10/2011 0007771 000 RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Andre Bueno

DL
Fls. 03
31

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como escopo inserir no calendário oficial do Estado do Paraná, o prato típico do Município de Mariluz, Boi à Pupunha.

Mariluz por ter aptidão para a pecuária de corte e também está se especializando na produção do novilho precoce. Por outro lado outros produtores visando à diversidade e melhoria de renda na propriedade rural implantaram a produção de palmito pupunha. Observando-se então que a cultura se adaptou muito bem. Com a necessidade de promover a criação do Prato Típico de Mariluz e em servir um prato que fosse especialmente saboroso e que agregasse alguns produtos do município. Então inovaram e experimentaram rechear algumas costelas desossadas com certos ingredientes e especialmente com o palmito de pupunha. Foi experimentado e saboreado por vários seguimentos da sociedade e aprovado ficando assim determinado o prato típico de Mariluz o "BOI A PUPUNHA", conforme ata nº09/2010 do dia oito de setembro do ano de dois mil e dez.

Sala das Sessões, 04 de outubro de 2011.

ANDRE BUENO

Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Andre Bueno

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 10 OUT. 2011

1º Secretário

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer a tramitação do Projeto de Lei nº 790/2011 em regime de urgência.

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, em especial o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, REQUER, a tramitação em REGIME DE URGÊNCIA do Projeto de Lei nº 790/2011, de sua autoria, que insere **calendário de eventos do Estado do Paraná, o prato oficial do município de Mariluz, denominado "Boi à Pupunha", a ser comemorado anualmente no dia 29 de novembro.**

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2011.


ANDRE BUENO
 Deputado Estadual

14:37 10/10/2011 007853 007 ASSUNTO: LEGISLAÇÃO DO PARANÁ

Recebido
07/11/2011



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 790/11

Projeto de Lei nº 790/11

Autor: Deputado Estadual André Bueno

Súmula: Insere no Calendário de Eventos do Estado do Paraná, o Prato Oficial do Município de Mariluz, denominado "Boi à Pupunha"

EMENTA: **INSERÇÃO** **NO**
CALENDÁRIO DE EVENTOS OFICIAL
DO ESTADO DO PARANÁ, O PRATO
OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
DENOMINADO "BOI NA PUPUNHA".
COMPETÊNCIA **LEGISLATIVA**
CONCORRENTE DO ESTADO PARA
LEGISLAR SOBRE CULTURA E
FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215,
CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, ART 65, CONTITUIÇÃO
ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual André Bueno, objetiva inserir no Calendário de Eventos Oficial do Estado do Paraná, o Prato Oficial do Município De Mariluz denominado "Boi na Pupunha", que se realiza no anualmente no dia 29 de novembro.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

21

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

22

a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

23

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO**
do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 790/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual André Bueno propôs o Projeto de Lei nº 79/2011, com o intuito de instituir, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o "Prato Oficial do Município de Mariluz", denominado "Boi à Pupunha", a ser comemorado, anualmente, no dia 29 de novembro.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Hermas Brandão Júnior, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Assim sendo, resta claro que as comidas típicas inerentes à cultura de determinada localidade, podem e devem ser enquadradas no patrimônio cultural.

Portanto, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, sobretudo aquelas que fazem parte das culturas típicas da colonização brasileira.

Estado, tal como disposto na Constituição, deve ser entendido como todas as esferas governamentais, cabendo, também, aos Estados membros, como é o caso do Paraná, o apoio às manifestações culturais.

Vale destacar, ainda, que a instituição de um Prato Oficial de determinada localidade, reforça e valoriza, com a devida importância, o patrimônio cultural imaterial de determinado povo.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 25 de outubro de 2011.


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
RELATOR


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO

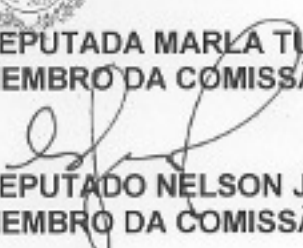


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 790/2011

Projeto de Lei nº. 790/2011

Autor: Deputado André Bueno

Súmula: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná, o prato oficial do município de Mariluz, denominado "Boi à Pupunha", a ser comemorado anualmente no dia 29 de novembro.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado André Bueno, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial do Estado o prato oficial do Município de Mariluz, qual seja o "Boi à Pupunha", comemorado anualmente no dia 29 de novembro.

O Município de Mariluz tem aptidão histórica para a pecuária e, visando a diversidade e melhoria de renda, passou a se aprimorar na produção do palmito pupunha. Uma vez que a cultura se adaptou bem à região, resolveram rechear algumas costelas desossadas com o palmito, que foi amplamente aceita pela população.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 18/10/2011, tendo como relator o Deputado Hermas Brandão Júnior, e da Comissão de Cultura, no dia 25/10/2011, tendo como relator o Deputado Bernardo Carli, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo

30

normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.



DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente

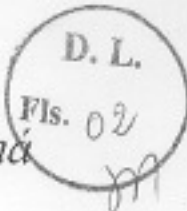


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR
Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Andre Bueno



PROJETO DE LEI Nº 792/11



SÚMULA: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná, o prato oficial do município de Cascavel, denominado "Costelão de Fogo de Chão", a ser comemorado anualmente no dia 14 de novembro.

Art. 1º - Fica instituído no calendário de eventos do Estado do Paraná, o prato oficial do município de Cascavel, denominado "Costelão de Fogo de Chão", a ser comemorado anualmente no dia 14 de novembro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de outubro de 2011.

ANDRE BUENO

Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Andre Bueno

D. L.

Fls. 03

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como escopo inserir no calendário oficial do Estado do Paraná, o prato típico do Município de Cascavel, Costelão de Fogo de Chão.

No dia 28 de abril de 2011 foi publicada a Lei nº 5.767/2011 de autoria do Vereador Leonardo Mion, que autoriza a criação do "Concurso do prato típico do Município de Cascavel", cabendo à Secretaria Municipal de Cultura, juntamente com outras secretarias e entidade públicas e privadas a organização do concurso, no prazo de 90 dias. A partir de então, foram realizadas várias enquetes e reuniões com diversas entidades, onde ficou decidido que o item principal do prato típico seria o costelão de fogo de chão e que os acompanhamentos e o modo de servir seriam escolhidos através de concurso, que foi realizado no dia 17 de setembro.

Assim, no dia 14 de novembro de 2011 será realizado a 1º Festa do Costelão de Fogo de Chão e o 18º Almoço dos Pioneiros, em comemoração aos 60 anos do Município de Cascavel-Pr.

Sala das Sessões, 04 de outubro de 2011.

ANDRE BUENO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Andre Bueno



REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer a tramitação do Projeto de Lei nº 791/2011 em regime de urgência.

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, em especial o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, REQUER, a tramitação em REGIME DE URGÊNCIA do Projeto de Lei nº 791/2011, de sua autoria, que insere calendário de eventos do Estado do Paraná, o prato oficial do município de Cascavel, denominado "Costela de Fogo de Chão", a ser comemorado anualmente no dia 14 de novembro.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2011.


ANDRÉ BUENO
Deputado Estadual

14:37 10/10/2011 087852.DIF ASSINADO LEGISLATIVO DO PARANÁ

Recebido
11/10



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

13

PARECER AO PROJETO DE LEI 791/11

Projeto de Lei nº 791/11

Autor: Deputado Estadual André Bueno

Súmula: Insere no Calendário de Eventos do Estado do Paraná, o Prato Oficial do Município de Cascavel, denominado "Costelão de Fogo de Chão"

EMENTA: INSERÇÃO NO CALENDÁRIO DE EVENTOS OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, O PRATO OFICIAL DO MUNICIPIO DE CASCAVEL DENOMINADO "COSTELÃO DE FOGO DE CHÃO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTALA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65, CONTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual André Bueno, objetiva inserir no Calendário de Eventos Oficial do Estado do Paraná, o Prato Oficial do Município De Cascavel denominado "Costelão De Fogo De Chão", que se realiza no anualmente no dia 14 de novembro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas; São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



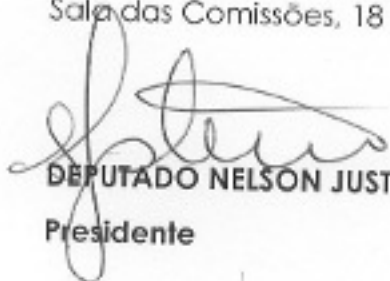
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 18 de Outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 791/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual André Bueno propôs o Projeto de Lei nº 791/201, com o intuito de instituir, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o "Prato Oficial do Município de Cascavel", denominado "Costelão de Fogo de Chão, a ser comemorado, anualmente, no dia 14 de novembro.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Nereu Moura, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Assim sendo, resta claro que as comidas típicas inerentes à cultura de determinada localidade, podem e devem ser enquadradas no patrimônio cultural.

Portanto, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

2



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, sobretudo aquelas que fazem parte das culturas típicas da colonização brasileira.

Estado, tal como disposto na Constituição, deve ser entendido como todas as esferas governamentais, cabendo, também, aos Estados membros, como é o caso do Paraná, o apoio às manifestações culturais.

Vale destacar, ainda, que a instituição de um Prato Oficial de determinada localidade, reforça e valoriza, com a devida importância, o patrimônio cultural imaterial de determinado povo.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental.


III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 25 de outubro de 2011.


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
RELATOR


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO

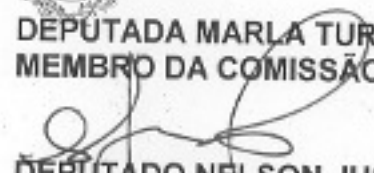


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 791/2011

Projeto de Lei nº. 791/2011

Autor: Deputado André Bueno

Súmula: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná, o prato oficial do município de Cascavel, denominado "Costelão de Fogo de Chão", a ser comemorado anualmente no dia 14 de novembro.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado André Bueno, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial do Estado o prato oficial do Município de Cascavel, qual seja o "Costelão de Fogo de Chão", comemorado anualmente no dia 14 de novembro.

Tal prato foi escolhido através de um concurso municipal, previsto na Lei Municipal nº 5.767/11, e no dia 14 de novembro de 2011 será realizada a 1ª Festa do Costelão de Fogo de Chão e o 18º almoço dos pioneiros, em comemoração aos 60 anos do Município de Cascavel

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 18/10/2011, tendo como relator o Deputado Nereu Moura, e da Comissão de Cultura, no dia 25/10/2011, tendo como relator o Deputado Caíto Quintana, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa. . .




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo

23

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.



DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente



DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29/2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, **31 OUT. 2011**

mauro
1º Secretário

SÚMULA: Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito das Espionagens da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito das Espionagens da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 001/2011, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

[Assinatura]
DEPUTADO MARCELO RANGEL
Presidente da CPI das Escutas

[Assinatura]
DEPUTADO MAURO MORAES
Relator

RELATÓRIO FINAL

Da leitura de todos os elementos documentais que compõem o banco de dados gerados como resultado dos trabalhos do Conselho Parlamentar, apurados durante a fase de inquérito, dependem-se as conclusões abaixo expostas objetivamente.

O fato determinado a partir pelo Plenário da Assembleia Legislativa, observado sob o ângulo constitucional estadual, nos termos do § 3º do artigo 62, e, no caso, sob o ângulo do artigo 26, do Regimento Interno, do Suplemento dos Apêndices de Inquérito do Conselho da Assembleia Legislativa, a autoria da instalação dos aparelhos nos locais mencionados, o uso do telefone e a possibilidade de envolvimento político nos fatos apurados, âmbito este delimitado pelo Art. 1º do Decreto da Assembleia nº 95/2011, de 11 de fevereiro de 2011.

1. No intuito de perseguir respostas aos questionamentos formulados, que motivaram a constituição desta CPI, esta comissão entende que para expor suas conclusões, devemos inicialmente dividir o foco em 04 questões fundamentais: Trata-se de aparelhos de escutas para espionagem?
2. Quem determinou a compra e instalação dos aparelhos?
3. Quem instalou tais aparelhos?
4. A instalação dos aparelhos teve qual motivação?

CONCLUSÃO "A"

Passamos então a analisar a questão "a", procurando identificar a serventia dos aparelhos encontrados. Para tanto, apesar dos entendimentos da Empresa EMURASIL, que procedeu a instalação nos prédios da ALEP, com resultados constantes do Banco de Dados, devemos nos restringir nos laudos técnicos oficiais do Secretário de Segurança Pública, realizados pela Polícia Científica, através do Instituto de Criminalística, especificamente o laudo nº 433.853-1, que embasou o Inquérito Policial nº 009/2011 do Centro de Operações Policiais Especiais - COPE, integrado pelos Autos de Apreensão 01, 02, 03 e 04.

Este laudo pericial (433.853-1), precisamente identificou que apenas em 01) dos aparelhos apreendidos, o constante dos Autos de Apreensão nº 04, instalado na Central Telefônica do Prédio dos Gabinetes dos Deputados, em laudo, poderia ser capaz de reproduzir um grampo telefônico, sendo um Transmissor de Frequência Modulada, e que o dispositivo encontrado na sala do então Diretor Administrativo, Sr. Francisco Ricardo Neto, localizada no 4º andar do prédio da Secretaria da Administração, em tese, poderia ser considerado para captação de dados, sendo que para tanto, necessitaria de outro equipamento amplificador, não sendo possível identificar se fora ou não utilizado para a instalação de escutas ambientais.

Todos os demais aparelhos e acessórios destes, integrantes dos Autos de Apreensão nº 01 e 02 do Inquérito Policial, respectivamente instalados na ante-sala e sala de reuniões do Gabinete do Presidente da Assembleia, e outro encontrado na sala da Chefia de Gabinete da 7ª Secretaria, tratam-se de bloqueadores de sinais de telefones celulares.

CONCLUSÃO "B"

Restou comprovado, que a autor da instalação de compra dos bloqueadores de Telefone Celular instalados nos Gabinetes da Presidência e na sala do Chefe de Gabinete da 1ª Secretaria, foi o servidor da Assembleia, matrícula nº 40.113, Sr. FRANCISCO RICARDO NETO, ex-Diretor Administrativo da Casa, e quem autorizou a compra dos aparelhos, foi o então Diretor Geral Sr. ERON ARBOUD, ciente em parecer da procuradoria da ALEP, informação confirmada por ambos em depoimento perante os membros desta CPI, relatos constantes das notas taquigráficas das reuniões realizadas nos dias de 11 de fevereiro, 29 de março e 1º de junho de 2011.

A compra destes equipamentos foi realizada através de licitação (Carta Convite) vinculada ao Protocolo nº 3302, de 1º de abril de 2010, com cópia constante do Banco de dados da CPI, onde participaram do certame, 03 empresas:

- Menestrina & Cia Ltda, CNPJ nº 05.954.665/001-46, Inscrição Estadual nº 902.93193-72;
- RFB Manutenção Elétrica Ltda, CNPJ nº 10.421.749/0001-98;
- BITE-PLACE Informática Ltda, CNPJ nº 00.673.514/0001-77.

As três empresas chamadas a participar da licitação, não tinham os aparelhos e emita controle do tel de produtos de seu catálogo de venda, os equipamentos constantes da licitação, não tendo nenhum contrato técnico com tais dispositivos eletrônicos, sendo que uma delas, a que venceu o certame licitatório, Menestrina & Cia Ltda, em depoimento de seu representante perante a CPI, declarou que desconfia os equipamentos e procura no mercado alguém que poderia oferecê-los e confeccioná-los, a fim de poder participar da licitação, encontrando uma empresa de São Paulo que montou os dispositivos comprados.

Quanto aos, segundo relatório da Polícia Científica, em laudo de exame, tais equipamentos não poderiam ser objeto de Licitação Pública sem autorização expressa da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, visto o bloqueio desautorizado que provocou nos sinais de radiodifusão de telefones celulares das Operadoras VIVO, TIM, OI e BRASILTELECOM, interferindo assim na atividade privada, devidamente autorizada a operar no espectro brasileiro, como no mesmo sentido, também constatou o laudo pericial nº 433.853-1, às folhas 20 E 23, do Instituto de Criminalística, que assevera:

IMPORTANTE: ESTE TIPO DE ARRANJO DE BLOQUEADOR DE CELULAR É PROIBIDO PELA ANATEL (AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES) PRINCIPALMENTE POR OPERAR NA FAIXA DE FREQUÊNCIAS RESERVADAS À COMUNICAÇÃO COMERCIAL, INTERFERINDO NO BOM

FUNCIONAMENTO DOS CELULARES

Embora o processo dos autos licitatórios (Protocolo nº 3302) pretenda justificar a legalidade da compra dos equipamentos, o parecer da Procuradoria da ALEP, descreve o fato da necessidade de autorização da ANATEL, para compra dos equipamentos, sem verificar a real necessidade da instalação dos dispositivos e o interesse da administração pública de ter tais bloqueadores, pois certamente existem outros meios de se impedir o descumprimento ou a interceptação de telefones celulares durante as reuniões, através da instalação de protocolos de segurança e regras formais para desligamento dos aparelhos celulares antes das audiências e reuniões.

Também não estamos à possibilidade de que tais aparelhos agredem a saúde das pessoas frequentadoras da Assembleia e dos servidores, pois ficou comprovado nos laudos, que tais dispositivos emitem microondas com frequências em muito superiores às das telefones celulares, tão fortes que são capazes de interferir nos telefones, provocando, portanto, danos aos aparelhos e a saúde das pessoas próximas.

Neste sentido, entendemos ser o processo licitatório indicio de irregularidade, visto que, mesmo sem autorização da ANATEL, tais aparelhos são vendidos no mercado livre com preços extremamente mais baixos, do que o valor de R\$ 29.200,00 que foi pago por eles, observe:

A solicitação da compra irregular partiu do Sr. FRANCISCO RICARDO NETO e o pedido de autorização para licitação partiu do Diretor Geral, Sr. ERON ARBOUD, ciente em parecer da Procuradoria da ALEP, assinado pelo Advogado Paulo Afonso Loyola inscrito na OAB/PR, sob o nº 11.660.

A autorização para licitar foi dada pelo 1º Secretário da Comissão Executiva, Baseado no laudo de legalidade impressa pelo parecer da Procuradoria Geral e a licitação foi realizada pelo Diretor de Apoio Técnico que considerou as três empresas que nunca haviam trabalhado com dispositivos bloqueadores de celular, sendo que a vencedora (Menestrina), ofertou R\$ 29.200,00, e as postulantes R\$ 29.699,00 e R\$ 29.730,00, valores extremamente próximos da vencedora, havendo então presunção de fraude, para venderem um produto que poderia ser encontrado por R\$ 422,80, talvez muito mais eficiente que o produto sem garantia que foi vendido, sem fabricante identificado, bloco como construído em fundo de quintal.

Conta do Banco de Dados da CPI, que o processo de licitação (protocolo 3302, de 1º de abril de 2010) é composto por 35 folhas, folhando do bloco dos autos, a folha de nº 28, justamente a que autorizou e determinou o pagamento, do empenho nº 00110006028.

Procedida a análise dos documentos e depoimentos acepcionados pelo Banco de Dados da CPI, não se visualizou a autorização do ordenador da despesa da ALEP para concretização do pagamento da licitação, nem a participação do então Presidente da Assembleia Deputado Nelson Junior e nem do 1º Secretário Alexandre Curi no processo de negociação da compra dos aparelhos, ficando tal comercialização circuncrita na triangulação havida entre Diretoria Administrativa, Procuradoria Geral e Diretoria Geral e por fim a Diretoria de Apoio Técnico que realizou o certame licitatório, culpada na solicitação do Sr. Francisco Ricardo Neto, e na autorização do Sr. Eron Arboud, situação esta confessada por estes agentes públicos perante os membros da CPI, constante dos depoimentos taquigráficos das reuniões realizadas nos dias de 11 de fevereiro, 29 de março e 1º de junho de 2011, onde assumiram integral responsabilidade pelos fatos.

Durante as audiências públicas ordinárias, ficou claro a tentativa de desvio de foco por parte do depoente Francisco Ricardo Neto para talvez obter os trabalhos investigativos da CPI, muitas vezes entrando em conflito de informações prestadas, dizia e desdizia sem certificar as motivações para a compra dos dispositivos, que além de bloquear sinais de radio frequência e microondas, poderiam acoplados a outros dispositivos não encontrados na varredura, possibilitar, entre, outras coisas, escutas ambientais.

Assim sendo conclui-se, no que concerne ao questionário "B", que a compra irregular dos dispositivos foi solicitada e autorizada respectivamente pelos Srs. FRANCISCO RICARDO NETO e ERON ARBOUD, com indícios de irregularidade administrativa, nos termos do inciso VIII, do artigo 10, da Lei nº 8.429/92 e de fraude a licitação, nos termos do artigo 9º, da Lei 8666/93 por firmarem contrato ilegal em nome de administração pública. Concluído-se também, que o senhor Francisco Ricardo Neto, por sua conduta em depoimento perante a CPI, cometeu o crime de perjúrio, nos termos do artigo 342 do Código Penal, acarretando-se a aplicação segundo pelo Presidente da CPI, Deputado Marcelo Rangel formalizada por meio do ofício nº 162/2011-CPI, de 21 de junho de 2011 (em anexo).

Então sendo, nos termos do § 3º, do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, solicitamos a Presidência da Mesa Executiva a remessa de cópia do presente Relatório ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, para que se aprofundem as investigações e promovam a responsabilização dos infratores, indicando à Comissão Executiva desta Casa, que também promove a abertura de inquérito administrativo fundamentado nas conclusões desta CPI, a fim de que se aplique as penalidades administrativas pertinentes e se promovam os devidos ressarcimentos aos cofres públicos pelos possíveis danos causados ao erário.

CONCLUSÃO "C"

Respondendo ao questionário "c" e "d", quem efetivamente instalou os aparelhos na ante-sala e sala de reuniões da Presidência da ALEP e também na sala da Chefia de Gabinete da 1ª Secretaria, foi Sr. Francisco Ricardo Neto, não sendo possível a esta CPI averiguar a autoria da instalação do dispositivo encontrado na Central Telefônica que controla os telefones dos Gabinetes dos Deputados, visto que a entrada no recinto não era permitida nem à Coordenadora do Setor, Sra. Silvana Brufi, somente tendo acesso a referida sala o então Diretor Administrativo Francisco Ricardo Neto e seguranças do artigo 4º do Centro de Segurança da ALEP, que controlavam os acessos e detinham as chaves do recinto.

Do encaminhamento das Conclusões:

Atendidas as conclusões constantes do item 5, desta Relatório, observados os preceitos contidos nos incisos e parágrafos do artigo 38, do Regimento Interno e aprovado pelo mesmo Plenário o Projeto de Resolução constante do Item 1, solicita-se que sejam tomadas as seguintes providências pela Presidência da Mesa Executiva:

a) Sejam remetida cópia do presente relatório:

- Ao Ministério Público Estadual, para aprofundamento das investigações e responsabilização dos possíveis infratores, na forma do § 2º, do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, bem como a apuração dos indícios de improbidade administrativa fundamentados no Banco de Dados constante desta Comissão Parlamentar de Inquérito;
- Ao Tribunal de Contas do Estado, para auditoria da Licitação havida através do Processo nº 2362, de 1º de abril de 2010;
- À Secretaria de Segurança Pública;
- Ao Centro de Operações Policiais Especiais – COPE, para que integre os autos do Inquérito Policial nº 006/2011;
- Ao Instituto de Criminalística do Paraná.

Dos Agradecimentos:

Em nome de todos os Deputados Estaduais integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito, externamos nossos agradecimentos a todos aqueles que de uma forma ou outra contribuíram para a consecução dos trabalhos da CPI, em especial aos servidores que compõem a Secretaria Geral da CPI, aos quais solicitamos a Presidência da Mesa Executiva, a determinação de inserção nas respectivas fichas funcionais de todos os integrantes dos trabalhos realizados, e as seguintes pessoas e entidades:

- À Comissão Executiva integrada pelos Deputados Volmir Rossoni, Pláudio Nêto Guimarães e Romi Pereira, pelo apoio incondicional dado aos membros da CPI;
- Ao Ministério Público do Estado do Paraná;
- À Secretaria de Segurança Pública;
- Ao Centro de Operações Especiais – COPE da Polícia Civil do Estado do Paraná;
- À Polícia Científica através do Instituto de Criminalística;
- À Diretoria Legislativa desta Assembleia Legislativa pela cotação de serviços para o assessoramento da CPI.

Curitiba, 27 de junho de 2011.

DEPUTADO MAURO MORAES
RELATOR DA CPI DAS ESPIONAGENS

26/07/2011

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE ESPORTES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA – 17ª LEGISLATURA

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No primeiro dia do mês de setembro de dois mil e onze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Esportes, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Ney Leprevost, secretariado por Sr. Arnelino Roika e assessorado pelo Sr. Luciano Guimarães e pelo Dr. Sérgio Gradowski. Havendo ordem legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos. Aos presentes, o Senhor Presidente passou a seguinte Ordem do Dia: 1- Apresentação da redação da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte; 2- Apresentação dos trabalhos da Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude, com a presença do Secretário Marcelo Bernardi Vieira Rêgo; 3- apresentação do Projeto Litoral, Circuito Verde Radical 2012 com apresentação de Sr. Sérgio Lazzari. Após as explanações dos correlacionados sobre os projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e, a apresentação das atividades a serem desenvolvidas pelo Projeto Circuito Verde Radical 2012, o Presidente da Comissão abriu espaço para perguntas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavra-se o presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Arnelino Eduardo Roika, Secretário da Comissão de Esportes e publicado em Diário Oficial desta Assembleia Legislativa, conforme Art. 34 do Regimento Interno desta casa.

Ney Leprevost
Deputado Estadual
Presidente da Comissão de EsportesArnelino Eduardo Roika
Secretário

26/09/2011

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EXTRATO DA ATA nº 01 - 17ª LEGISLATURA
Tramitação de Projetos

- Sessão Ordinária do dia 24 de outubro de 2011.

- Deputados Presentes: André Bueno - Presidente, Leonildo Pantoja, Jonas Guimarães, Cleiton Klebe, Dailio Genari, Nelson Garcia e Toninho Wondricher.

01-PROJETO DE LEI nº 671/11

Autor: Poder Executivo

Mensagem nº 33/2011

Objeto: Visa alterar o inciso VII do artigo 2º da Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011, conforme especifico.

Relator: Deputado Jonas Guimarães

Parâmetros: Favorável – Aprovado

26/01/2011

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
Extrato da Ata nº 03 - 17ª Legislatura

Data: 10/10/2011

Deputados Presentes: NEREU MOURA, PASTOR EDSON PRACZYK, CESAR SILVESTRIL FILHO, ENIO VERRI, ELIO RUSCH E FRANCISCO BÜHNER.

Projeto de Lei Aprovado

Projeto Aprovado por Unanimidade.

Projeto de Lei: 763/11

Autor: PODER EXECUTIVO.

Síntese: Aprovado pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, no valor de R\$522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil reais), no orçamento do Tribunal de Contas, com finalidade de aquisição de equipamentos, visando a continuidade do Projeto Modernização do Controle Externo – PROMOEK.

Relator da Comissão: Deputado Cesar Silvestri Filho.

26/02/2011

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa
EXTRATO DA ATA nº 08

- Data: 17/10/2011

- Deputados Presentes: Dailio Genari – Presidente, Francisco Böhner, Aníbelli Neto, Alexandre Curi, Maria Turck, Pedro Laporte e Pericles de Mello.

- Proposição nº 028/11

Autor: Diretoria Financeira

Objeto: Prestação de contas dos Senhores Deputados referente a setembro de 2011.

Relator na Comissão: Deputado Aníbelli Neto.

Parâmetros: Favorável – Aprovado por unanimidade.

26/04/2011

Atos Regulamentares

Diretoria Geral

PORTARIA DA DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO Nº 0023/2011

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 209 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no Artigo 15 da Lei nº 16.739 de 29 de dezembro de 2010:

Resolvi:

Assinar e Ordenar a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovada pela Lei nº 16.740 de 29 de dezembro de 2010 nas seguintes rubricas:

REDUÇÃO DA DESPESA:				Valor
Código	PA	Função		
4400/200	2000	100		600.000,00
Total				600.000,00
ACRÉSCIMO DE DESPESA:				Valor
Código	PA	Função		
3390/302	2000	100		600.000,00
Total				600.000,00

Curitiba, 11 de outubro de 2011

Benedito Machado
Diretor GeralPláudio Nêto
Presidente da Comissão

26/10/2011

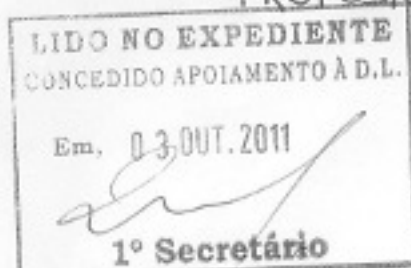


OF/CTL/CC nº 2793 /2011

Curitiba, 29 de setembro de 2011



PROPOSIÇÃO VETO Nº 27/11



Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em 29/09/2011

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 127/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 263/2011, tendo em vista pronunciamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e do Departamento de Estradas e Rodagem, considerando-o inexecutável e, portanto, contrário ao interesse público, ressaltando as dificuldades operacionais que impedem a materialização dos direitos formais pretendidos pela mencionada Lei, bem como sugerindo a instituição de uma comissão especial para tratar da alteração proposta, bem como da revisão de toda legislação referente a gratuidade, em função de aspectos/problemas detectados após o início da isenção tarifária.

Oportuno salientar, inicialmente, que a propositura do nobre parlamentar não é inovadora, ou ao menos trará novos e maiores benefícios aos deficientes, haja vista que o transporte gratuito às pessoas com deficiências é uma realidade em solo paranaense, sendo que a Lei nº 15.051/2006, que modificou a Lei nº 11.911/1997, disciplina tal modalidade.

Outrossim, não podemos olvidar que, embora a Lei nº 15.051, de 17 de abril de 2006, tenha sido promulgada por esta Casa de Leis, depois de ter sido vetada pelo então Governador do Estado e devolvida sem sanção, a mesma é evidentemente inexecutável e, portanto, contrária ao interesse público.

Ademais, não bastasse ser contrária ao interesse público, a Lei nº 15.051/2006 é evidentemente inconstitucional, haja vista que vem em desconformidade com o princípio da harmonia dos poderes estabelecidos na Constituição Estadual, vez que o Poder Legislativo não possui competência para tal propositura, no que tange as atribuições de órgãos da Administração Pública, cabendo única e exclusivamente ao Executivo, na pessoa do Governador do Estado. Senão Vejamos:

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. nº 11.220.036-3.



Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Nada obstante, vejamos o disposto no artigo 2º da Constituição Federal:

Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Assim, em que pese ter sido promulgada, a Lei nº 15.051/2006 é evidentemente inconstitucional por vício de iniciativa. Sendo assim, não é porque a norma anterior eivada de vício formal ganhou eficácia, que devemos cometer o mesmo equívoco.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 263/11
(Autoria do Deputado Professor Lemos)

Altera o § 3º do artigo 1º da Lei nº 15.051/06, que modifica a Lei nº 11.191, de 01 de dezembro de 1997 e dá outras providências. (Transporte Gratuito às Pessoas com Deficiência).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º O § 3º do artigo 1º da Lei nº 15.051, de 17 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º Os interessados no benefício desta Lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de 6 (seis) horas, nos casos de linhas de transporte coletivo que atendam municípios além das regiões metropolitanas”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 31 de agosto de 2011.

[Assinatura]
Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Presidente, em exercício

[Assinatura]
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

[Assinatura]
Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 027/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 027/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 2793/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 263/11, de autoria do Deputado Professor Lemos, que altera §3º ao artigo 1º da Lei 15.051/06 que modifica a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 263/11, de autoria do Deputado Professor Lemos que, altera §3º ao artigo 1º da Lei 15.051/06 que modifica a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 263/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 06 de setembro de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 027/11, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 29 de setembro de 2011, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JÚNIOR
RELATOR